



# REGULAMENTO TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SESSÃO DE ESCLARECIMENTOS

**ERSAR**

ENTIDADE REGULADORA  
DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

THE WATER AND WASTE SERVICES  
REGULATION AUTHORITY

Orlando Borges / Ana Barreto Albuquerque

Novembro 2017

# ÍNDICE



1. Enquadramento
2. Revisão do RTR
3. Sistemas municipais em regime de gestão direta
4. Regime Transitório

# 1. ENQUADRAMENTO

# SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

≈ 10 milhões de habitantes servidos  
100 % de disponibilidade do serviço

256 entidades gestoras do  
serviço em baixa

23 entidades gestoras do serviço em alta

Quantidade de resíduos urbanos processados  
Resíduos recolhidos ≈ 4,4 milhões de t  
Recolha indiferenciada ≈ 3,7 milhões de t  
Recolha seletiva/dedicada para reciclagem ≈ 530 milhares de t  
Outros resíduos urbanos recolhidos ≈ 232 milhares de t  
Capitação de resíduos produzidos: 472 kg/habitante.ano

Quantidade de resíduos urbanos processados  
Resíduos entrados ≈ 4,65 milhões de t  
Sujeitos a reciclagem multimaterial ≈ 458 milhares de t  
Sujeitos a valorização orgânica ≈ 806 milhares de t  
Sujeitos a incineração ≈ 1 070 milhares de t  
Composto valorizado ≈ 47 milhares de t  
Depositados em aterro ≈ 2,35 milhões de t

## Rendimentos e gastos

Rendimentos totais ≈ 341 milhões de €/ano (93 % das EG)

Gastos totais ≈ 409 milhões de €/ano (93 % das EG)

Encargo médio para o utilizador final: 58,39 €/ano

## Rendimentos e gastos

Rendimentos totais ≈ 358 milhões de €/ano (96 % das EG)

Gastos totais ≈ 345 milhões de €/ano (96 % das EG)

Tarifa média ponderada: 32,63 €/t



Produção



Recolha indiferenciada



Recolha seletiva



Triagem



Valorização orgânica



Reciclagem



Incineração



Aterro

## Infraestruturas

341 656 contentores de superfície + 14 462 contentores subterrâneos + 10 529 ecopontos\* + 4 970 oleões + 1 465 viaturas afetas à recolha indiferenciada + 397 viaturas afetas à recolha seletiva e indiferenciada\* + 122 viaturas afetas à recolha seletiva\*

## Recursos humanos

Pessoal próprio afeto ao serviço: 6 510

Pessoal em outsourcing: 2 923 (98 % das EG)

## Aspetos operacionais

Combustível consumido pelas viaturas de recolha indiferenciada: 18 677 tep/ano (99 % das EG)

Combustível consumido pelas viaturas de recolha seletiva: 2 204 tep/ano\*

## Sustentabilidade ambiental

Emissões de CO2 das viaturas de recolha indiferenciada: 56 591 t CO2/ano (99 % das EG)

Emissões de CO2 das viaturas de recolha seletiva: 6 383 t CO2/ano\*

## Infraestruturas

30 920 ecopontos\*\* + 194 ecocentros + 302 viaturas afetas à recolha de ecopontos\*\* + 28 estações de triagem + 88 estações de transferência + 4 unidades de TM + 18 unidades de TMB + 5 unidades de TB + 5 unidades de produção de CDR + 2 unidades de incineração + 33 aterros

## Recursos humanos

Pessoal próprio afeto ao serviço: 2 932

Pessoal em outsourcing: 946

## Aspetos operacionais

Energia consumida da rede exterior ≈ 83 gWh/ano

Energia vendida obtida por valorização energética ≈ 754 gWh/ano

Combustível consumido pelas viaturas de recolha seletiva: 3 719 tep/ano\*\*

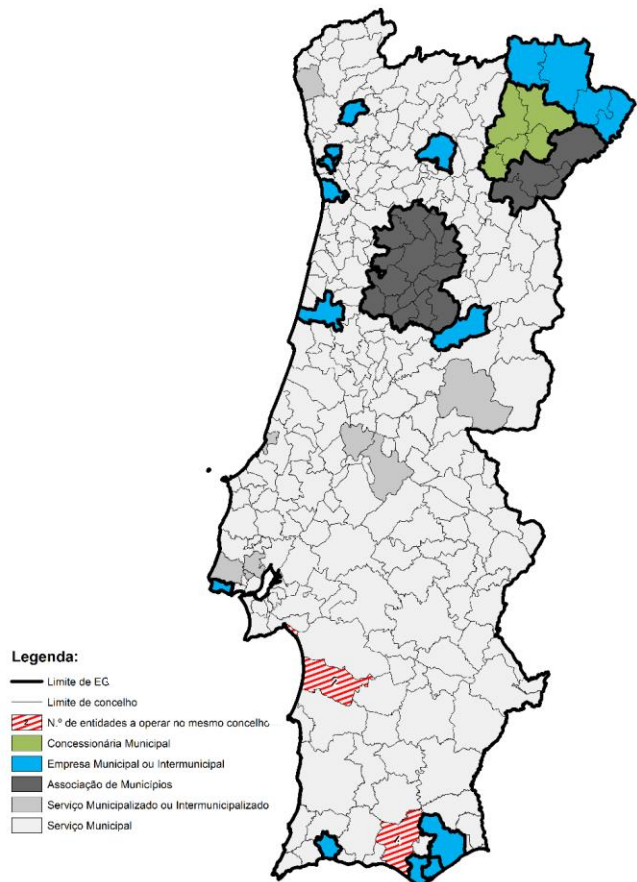
## Sustentabilidade ambiental

Análises requeridas aos lixiviados: 5 424

Análises aos lixiviados conformes com a legislação: 4 962

Emissões de CO2 das viaturas de recolha seletiva: 11 290 t CO2/ano\*\*

# Entidades gestoras de resíduos urbanos em baixa



Submodelo de gestão	Entidades gestoras	Concelhos abrangidos	Área abrangida (km <sup>2</sup> )	População abrangida (milhares de hab.)	Densidade populacional (hab./km <sup>2</sup> )
Concessões municipais	1	5	2 225	58	26
Empresas municipais ou intermunicipais	17	18	6 134	1 276	208
Associações de municípios	2	20	5 941	348	59
Serviços municipalizados ou intermunicipalizados	7	8	3 419	962	282
Serviços municipais	229	229	71 628	7 420	104

# Desempenho do setor dos resíduos urbanos em baixa

Indicador	Avaliação	Média Ponderada (Valor de referência)	Histórico 2012-2016		Observações
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR			2.ª geração	3.ª geração	
RU01 - Acessibilidade física do serviço	●	96 % Área predominantemente urbana [95; 100]	—	—	Considera-se haver oportunidades de melhoria para algumas entidades gestoras, pelo que estas deverão desenvolver esforços no sentido de melhorar a acessibilidade física do serviço, nomeadamente através da densificação dos equipamentos de deposição indiferenciada de resíduos urbanos.
	●	84 % Área mediantemente urbana [90; 100]	—	—	
	●	79 % Área predominantemente rural [80; 100]	—	—	
RU02 - Acessibilidade do serviço de recolha seletiva	ⓘ	73 % Área predominantemente urbana [90; 100]	—	—	Apenas 27 das 256 entidades gestoras em baixa detêm a responsabilidade sobre a recolha seletiva multimaterial. Para as restantes entidades gestoras, a responsabilidade pela atividade de recolha seletiva de resíduos de embalagem é da entidade gestora em alta. A 3.ª geração do sistema de avaliação introduziu alterações de metodologia de cálculo deste indicador pelo que em 2016 não foi sujeito a avaliação por se encontrar em fase de teste.
	ⓘ	44 % Área mediantemente urbana [80; 100]	—	—	
	ⓘ	42 % Área predominantemente rural [70; 100]	—	—	
RU03 - Acessibilidade económica do serviço	●	0,19 % [0; 0,50]	—	—	Considera-se que os tarifários não induzem problemas de acessibilidade económica ao serviço indiciando espaço para a adaptação tarifária a uma tendencial recuperação de custos.
RU04 - Lavagem de contentores	●	4,8 (-) [6,0; 24,0]	—	—	Considera-se haver claras oportunidades de melhoria, sendo importante que as entidades gestoras incrementem rotinas de lavagem destes equipamentos. A banda de referência deste indicador sofreu alterações no âmbito da 3.ª geração do sistema de avaliação.
RU05 - Resposta a reclamações e sugestões	●	86 % [100]	—	—	Considera-se haver oportunidades de melhoria, pelo que é importante que as entidades gestoras acionem procedimentos internos de modo a assegurar a resposta escrita à totalidade das reclamações e sugestões escritas.
<b>Simbologia :</b> ● qualidade de serviço boa; ● qualidade de serviço mediana; ● qualidade de serviço insatisfatória; ⓘ alerta; n.a.: não aplicável; n.r.: não respondeu					

# Desempenho do setor dos resíduos urbanos em baixa

Indicador	Avaliação	Média Ponderada (Valor de referência)	Histórico 2012-2016	Observações
<b>SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO</b>				
RU06 - Cobertura dos gastos	●	83 % [100; 110]	- - - - -	Considera-se haver claras oportunidades de melhoria, sendo necessário que as entidades gestoras tomem as medidas necessárias para a recuperação dos gastos. Devem igualmente adotar os procedimentos contabilísticos que possibilitem o reporte dos valores referentes aos ganhos e aos gastos incorridos com a prestação do serviço.
RU07 - Reciclagem de resíduos de recolha seletiva	●	101 % ≥95	- - - - -	
RU11 - Renovação do parque de viaturas	●	314 566 km/viatura [0; 250 000]	- - - - -	Considera-se haver oportunidades de melhoria, pelo que as entidades gestoras deverão desenvolver esforços no sentido de aferir o estado de conservação das viaturas e a necessidade de substituição. Devem também melhorar os procedimentos de registo de informação referente à gestão do parque de viaturas.
RU12 - Rentabilização do parque de viaturas	●	418 kg/(m³.ano) [400; 500]	- - - - -	
RU13 - Recursos humanos (sistemas com recolha seletiva)	●	2,6 n.º/1000 t Área predominantemente urbana [15; 2,5]	- - - - -	No âmbito da 3.ª geração do sistema de avaliação procedeu-se à alteração da metodologia de cálculo e das respetivas bandas de referência deste indicador para os sistemas em baixa, em função da atividade desenvolvida. Apenas 27 das 256 entidades gestoras em baixa detêm a responsabilidade sobre a recolha seletiva multimaterial. Considera-se importante que as entidades gestoras com responsabilidade na recolha seletiva das áreas predominantemente urbanas e rurais procurem adequar permanentemente os recursos humanos ao nível de atividade dos seus serviços.
	●	1,7 n.º/1000 t Área mediantemente urbana [15; 3,0]	- - - - -	
	●	4,3 n.º/1000 t Área predominantemente rural [15; 3,5]	- - - - -	
RU13 - Recursos humanos (sistemas sem recolha seletiva)	●	1,9 n.º/1000 t Área predominantemente urbana [10; 2,0]	- - - - -	
	●	2,0 n.º/1000 t Área mediantemente urbana [10; 2,5]	- - - - -	
	●	2,4 n.º/1000 t Área predominantemente rural [10; 3,0]	- - - - -	

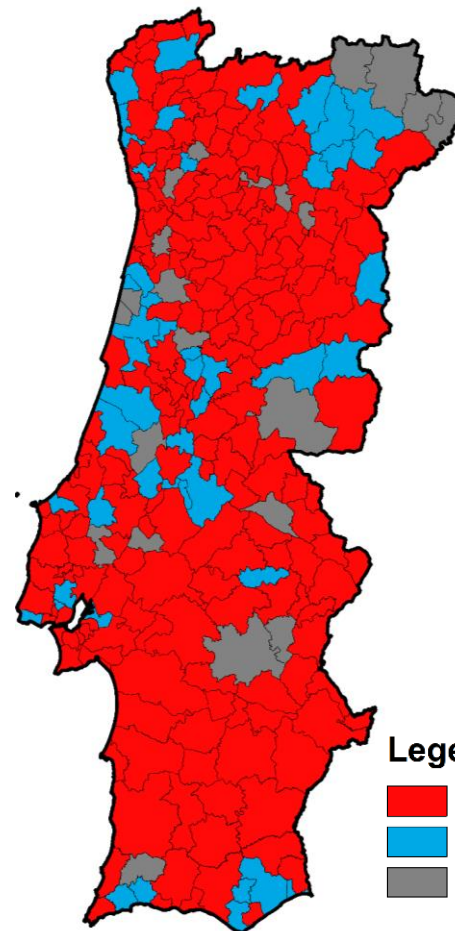
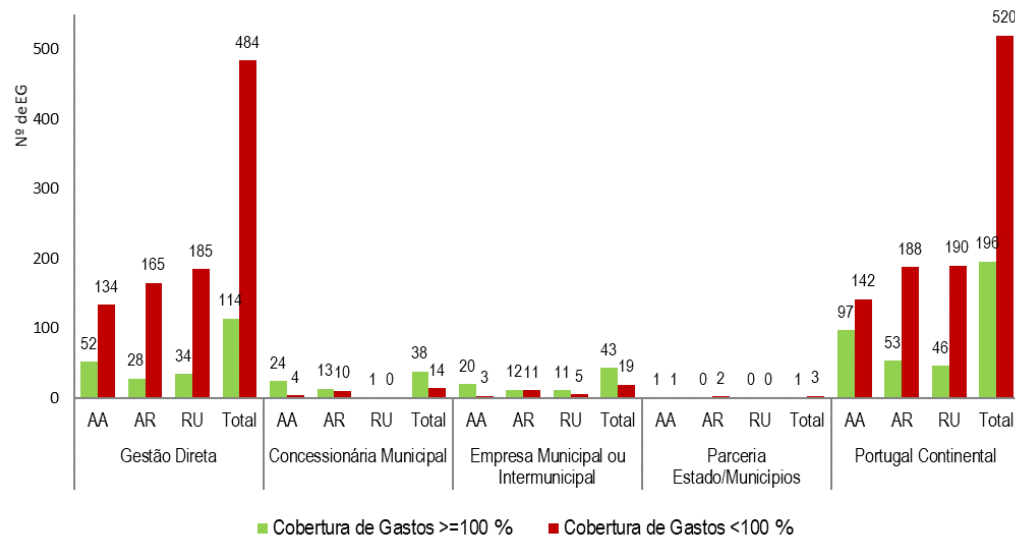
**Simbologia:** ● qualidade de serviço boa; ● qualidade de serviço mediana; ● qualidade de serviço insatisfatória; ● alerta; n.a.: não aplicável; n.r.: não respondeu

# Desempenho do setor dos resíduos urbanos em baixa

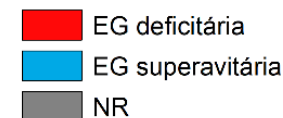
Indicador	Avaliação	Média Ponderada (Valor de referência)	Histórico 2012-2016	Observações
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL				
RU14 - Utilização dos recursos energéticos <sup>1</sup>	<div><div></div></div>	4,5 tep/ 1000 t Área predominantemente urbana [0; 4,5]	<div><div></div></div>	-
	<div><div></div></div>	5,0 tep/ 1000 t Área mediantemente urbana [0; 5,5]	<div><div></div></div>	-
	<div><div></div></div>	6,2 tep/ 1000 t Área predominantemente rural [0; 6,5]	<div><div></div></div>	-
RU16 - Emissão de gases com efeito de estufa	<div><div></div></div>	14 kg CO <sub>2</sub> /t Área predominantemente urbana [0; 13]	<div><div></div></div>	Considera-se haver oportunidades de melhoria para algumas entidades gestoras, pelo que estas deverão desenvolver esforços no sentido de uma melhor utilização dos recursos energéticos, nomeadamente promovendo a otimização de circuitos de recolha assim como o ajustamento da frequência dos circuitos de recolha à produção de resíduos urbanos indiferenciados.
	<div><div></div></div>	15 kg CO <sub>2</sub> /t Área mediantemente urbana [0; 14]	<div><div></div></div>	
	<div><div></div></div>	19 kg CO <sub>2</sub> /t Área predominantemente rural [0; 15]	<div><div></div></div>	
Simbologia: <div><div></div></div> qualidade de serviço boa; <div><div></div></div> qualidade de serviço mediana; <div><div></div></div> qualidade de serviço insatisfatória; <div><div></div></div> alerta; n.a.: não aplicável; n.r.: não respondeu				



# Cobertura dos gastos



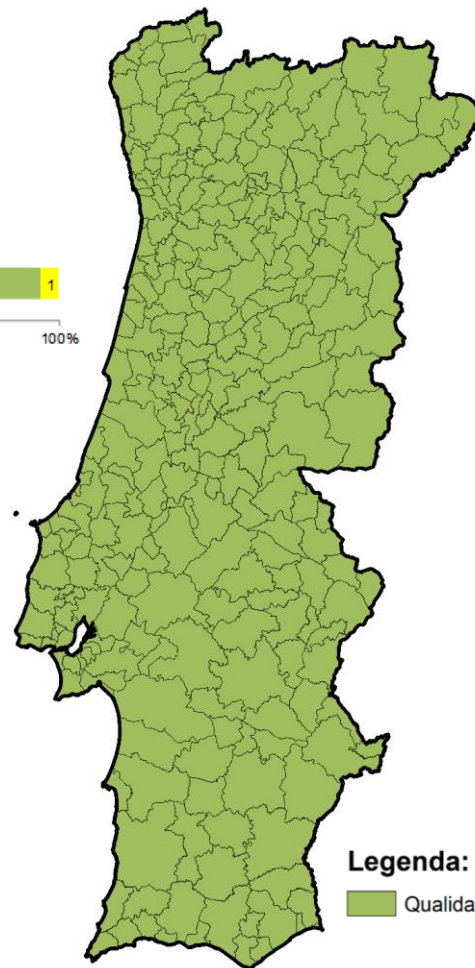
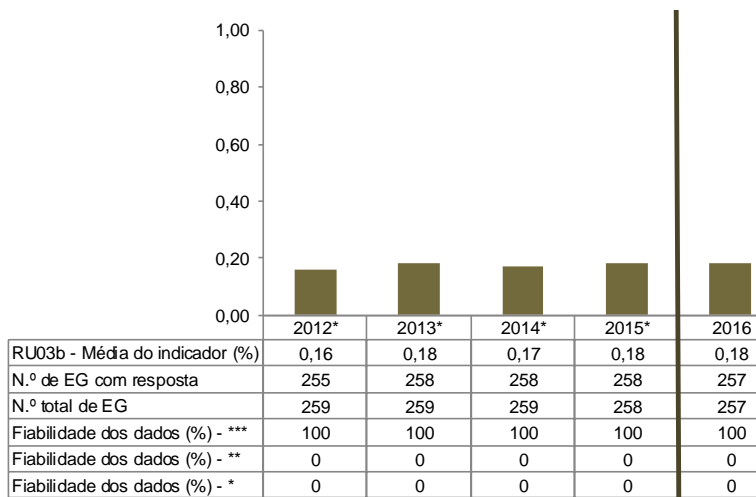
## Legenda:



# Acessibilidade económica

(valores provisórios – RASARP 2017)

## Qualidade do serviço



**Legenda:**

■ Qualidade do serviço boa

## Objetivo 1

Prevenção da produção e perigosidade dos resíduos urbanos

Medida 2. Prevenção junto do consumidor

## Objetivo 2

Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis

Medida 1. Aumento da quantidade e qualidade dos materiais recolhidos

Medida 2. Aumento da quantidade e qualidade de materiais retomados e valorizados

## Objetivo 3

Redução da deposição de RUB em aterro

Medida 1. Desvio de recicláveis de aterro

Medida 2. Desvio de RUB de aterro

Medida 3. Eliminação progressiva da deposição direta de RU em aterro

Medida 4. Desvio de aterro dos refugos e rejeitados do tratamento de RU

## Objetivo 5

Reforço dos instrumentos económico-financeiros

Medida 1. Reforço da aplicação da responsabilidade do produtor

Medida 2. Revisão da TGR de forma a incentivar o desvio de aterro e o escoamento de recicláveis e outros materiais

Medida 3. Promoção da recuperação tendencial dos custos incorridos com a atividade de gestão de resíduos urbanos num ambiente de eficiência

Medida 4. Solucionar as dívidas aos sistemas inter e multimunicipais

## Objetivo 6

Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor

Medida 1. Operacionalização do PERSU 2020 como um processo

Medida 2. Revisão e harmonização legal, clarificação de conceitos e cálculo de metas

Medida 3. Responsabilização e capacitação dos sistemas e dos municípios

Medida 4. Universalidade de acesso ao serviço de gestão de resíduos e qualidade e responsabilidade ambiental dos serviços

Medida 5. Reforço regulatório e de *enforcement*

Medida 6. Regulamentação e regulação do setor

Medida 7. Adequação e uniformização contratual

Medida 8. Promoção de economias de escala e de gama

Medida 10. Simplificação, articulação e harmonização progressiva da informação e reporte de dados

## **MEDIDAS cuja entidade responsável é a ERSAR**

### **OBJETIVO: Prevenção da produção e perigosidade dos resíduos urbanos**

Reforçar a aplicação do princípio do poluidor-pagador pela diferenciação de sistemas de tarifação (fixo e variável) consoante produção e destinos (e.g. através do apoio a sistemas Pay As You Throw (PAYT) ou pagamento em função dos resíduos produzidos) e promoção de projetos de aplicação de tarifação através de medição do peso/volume dos resíduos urbanos recolhidos, mediante sistemas PAYT;

### **OBJETIVO: Reforço dos instrumentos económico-financeiros**

Promover a prática de apuramento de custos e proveitos dos serviços por todas as entidades gestoras de resíduos urbanos, independentemente do modelo de gestão adotado;

Avaliar e promover a adequação dos custos com o serviço prestado num cenário de eficiência estrutural e operacional

### **OBJETIVO: Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor**

Promover a aplicação de tarifários que assegurem a cobertura integral dos custos considerando os critérios de acessibilidade económica ao serviço e a adoção de tarifários especiais, de acordo com o nível de rendimento e dimensão do agregado familiar

Criar mecanismos de incentivo à melhoria da eficiência na prestação do serviço

Assegurar a existência de instrumentos adequados de proteção dos consumidores

## MEDIDAS cuja entidade responsável é a ERSAR

### **OBJETIVO: Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor**

- Promover a aplicação de tarifários que assegurem a cobertura integral dos custos considerando os critérios de acessibilidade económica ao serviço e a adoção de tarifários especiais, de acordo com o nível de rendimento e dimensão do agregado familiar;
- Criar mecanismos de incentivo à melhoria da eficiência na prestação do serviço;
- Assegurar a existência de instrumentos adequados de proteção dos consumidores

## Portaria n.º 57-B/2015

### Artigo 91.º Critérios de elegibilidade dos beneficiários

"São elegíveis as entidades que ..., observem os seguintes requisitos:

- a) Evidenciem a existência de sistema de informação contabilística que permita aferir os custos e proveitos do serviço de gestão de resíduos urbanos de forma separada, que permita a apresentação de estudo que comprove a sustentabilidade da operação e permita o apuramento da receita líquida...
- b) Cumpram os requisitos mínimos definidos para o efeito pela entidade reguladora em matéria de estrutura tarifária e de grau de recuperação de custos, com base no regulamento tarifário da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- ...

# Regime financeiro das autarquias locais



O disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, refere que:

*“Os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens”.*

Não obstante, os Municípios têm vindo a fixar tarifas a um nível inferior aos custos, verificando-se frequentemente um incentivo para um reporte incorreto de custos reais à ERSAR.

## 2. Revisão do RTR



# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Desafios endereçados na revisão do RTR

- Simplificação da estrutura e clausulado do RTR, com reformulação da sua organização
- Foco na simplificação dos procedimentos regulatórios
- Foco na transparência quanto ao financiamento do sistema
- Promoção de maior eficiência produtiva dos investimentos
- Estabilidade tarifária
- Alinhamento dos incentivos com os benefícios para os utilizadores e com os objetivos ambientais

**Novos  
incentivos**

**Partilha de  
infraestruturas**

**Custos de  
estrutura**

**Alisamento  
de tarifas**

**Flexibilização  
da TRA**

**Novo modelo  
Gestão Directa**

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Princípios gerais



Na presente revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR) optou-se pela **manutenção do modelo de regulação baseado na determinação de proveitos permitidos**, para cada entidade gestora e por atividade, determinando-se ainda a forma de **apuramento das tarifas a praticar, fixadas com base na estimativa de quantidades de resíduos a tratar e do número de utilizadores** [Cfr. Art. 26º, Art. 41º, e Anexo I - fórmulas 1, 7, 8, 9, e 10-15]

Entendeu-se que um modelo de regulação que privilegiasse, sobretudo, a **minimização do risco suportado pelas entidades gestoras** seria mais ajustado e benéfico para o setor pelo que se manteve o princípio de repercussão nas tarifas de uma parte substancial dos riscos – designadamente o risco de procura dos resíduos objeto de recolha indiferenciada, ou resultante da flutuação das receitas adicionais (e.g. venda de energia, ou receitas associadas ao volume de RUB)

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Princípios gerais



**Mantiveram-se na esfera das entidades gestoras os riscos que estas poderão gerir**, como o de execução dos investimentos pelos preços e dentro dos prazos previstos, a gestão corrente da atividade (controlo de custos de exploração e de financiamento), a boa manutenção dos ativos, a eficiência das operações (p.ex. quantidade de energia produzida pelo volume de resíduos objeto de recolha indiferenciada entregues ou pela capacidade de obtenção de resíduos recicláveis a partir dos resíduos objeto de recolha indiferenciada - i.e. eficiência do tratamento mecânico)

Mantém-se, também explicitamente, na esfera da responsabilidade das entidades gestoras a **prosseção dos objetivos e metas ambientais**, designadamente os relativos às quantidades de resíduos objeto de recolha seletiva, dependentes, por exemplo, da eficácia das entidades gestoras na operacionalização desta recolha seletiva (e.g. capacidade e localização dos ecopontos e frequência de recolha) e nas campanhas de sensibilização para a separação dos resíduos

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Princípios gerais



Mantém-se o foco na necessidade de garantir que os **investimentos repercutidos nas tarifas correspondam apenas aos que são estritamente necessários** para a obtenção de um serviço de qualidade e em linha com os objetivos ambientais estabelecidos

Mantém-se o foco na necessidade de **assegurar que os investimentos são executados pelo menor custo** e que os **custos de operação correspondam aos que se poderiam obter em condições de concorrência**

**Revogação dos automatismos** relativamente aos custos de operação a aceitar e estimar para cada novo período regulatório

Maior esforço do Regulador na obtenção de custos de operação eficientes e atenção acrescida na aceitação dos ativos/custos a incluir na Base de Ativos Regulados (análise alargada de *benchmarking* e de apuramento das melhores práticas/custos associados a cada atividade, consoante a tecnologia existente) [Cfr. Art. 26º, n.º 5, Art. 34º, n.º 2, e Anexo I - fórmula 2.2]

# Organização do RTR

## Simplificação geral



Título I – Disposições gerais

Título II – Serviços e contas reguladas

Título III – Incidência e estrutura tarifária

Título IV – Modelo de determinação das tarifas

Título V – Reporte de informação periódica a fornecer à ERSAR

Título VI – Disposições finais e transitórias.

Anexo I – Apuramento dos proveitos permitidos e dos proveitos tarifários das atividades reguladas do serviço de gestão de resíduos urbanos

Reduziu-se substancialmente o número de artigos do RTR, passando de 101 para 44

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Estimação dos Proveitos Permitidos



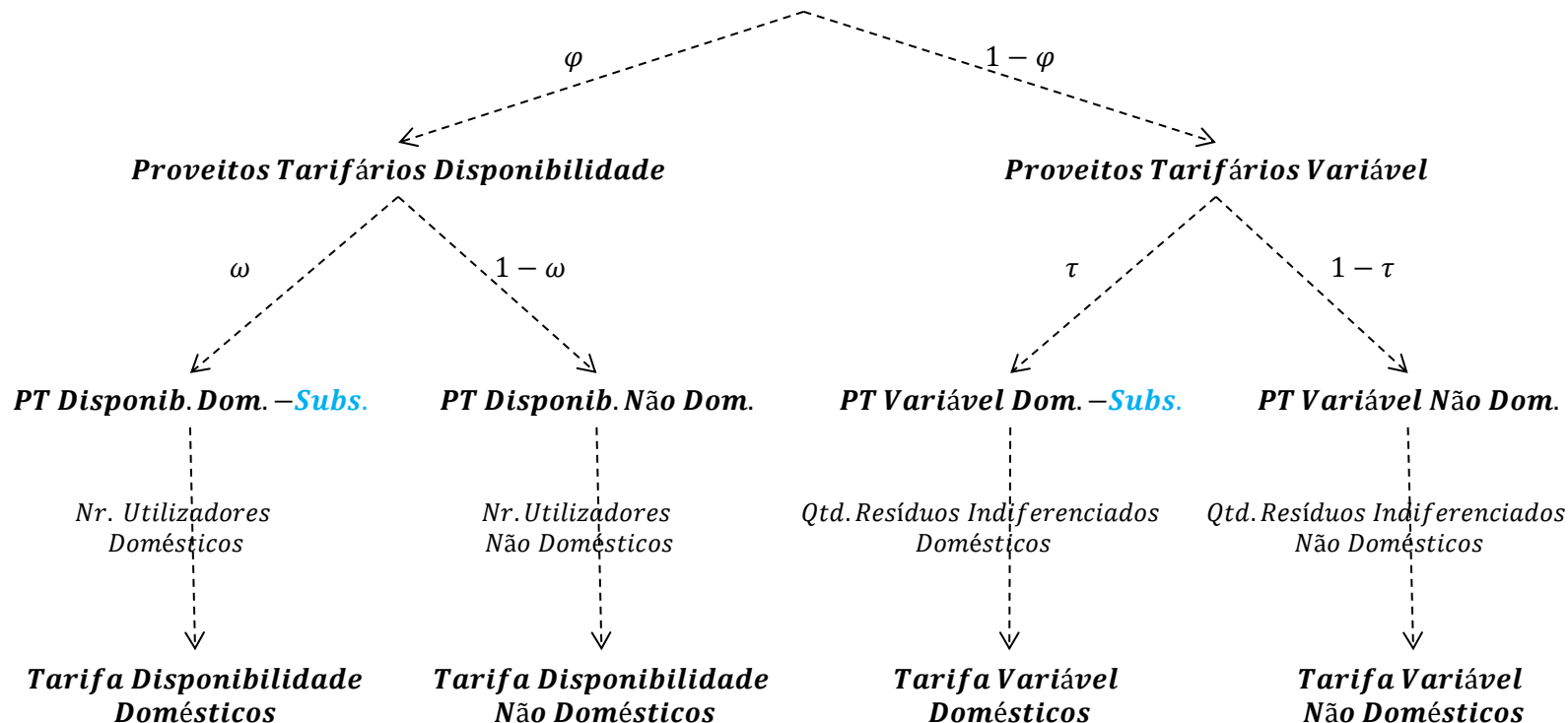
A estimação dos proveitos permitidos segue genericamente os mesmos princípios do RTR atualmente vigente, tal como se mantém também o processo sequencial de estimação das tarifas

$$\textit{Proveitos Permitidos} = \textit{Custo de Capital} + \textit{Custo de Exploração} - \textit{Receitas Adicionais} - \textit{Benefícios de Atividade Complementares} + \textit{Ajustamentos} + \textit{Incentivos} - \textit{Variação do Saldo Regulatório}$$

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

Tarifas a cobrar pelas EGs que prestam serviços a utilizadores finais

$$\text{Proveitos Tarifários} = \text{Proveitos Permitidos} - \text{Subsídios}$$



# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Partilha de infraestruturas



Atendendo ao estado de desenvolvimento dos sistemas em Portugal, bem como à necessidade de maximizar a eficiência dos investimentos, um objetivo na revisão do RTR foi o de **fomentar a partilha de infraestruturas**

A revisão do RTR introduz mecanismos explícitos de **incentivo à partilha de infraestruturas**, bem como **penalizações à existência de infraestruturas que, podendo ser partilhadas, se mantêm ociosas**



# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Estabilidade tarifária



Um dos princípios gerais do RTR, e função da ERSAR, é garantir a estabilidade regulatória e das tarifas. Nesse sentido, o **RTR vigente procurava minimizar variações abruptas e indesejáveis nas tarifas,**

- i. impondo regras administrativas na determinação da Taxa de Remuneração dos Ativos (TRA), tais como a **fórmula de cálculo do Taxa de Juro sem Risco**, ou o **limite de 3% imposto ao produto do *beta* dos capitais próprios pelo prémio de risco de mercado** *[Cfr. anterior Art. 31º]*, e
- ii. definindo a **BAR média por período** (e não ano a ano), minimizando assim o impacto de novos investimentos. *[Cfr. anterior Art. 29º, n.º 11]*

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Estabilidade tarifária

### Mecanismos de alisamento

Relativamente ao impacto nas tarifas resultante da incorporação de novos investimentos (por aumento da BAR), optou-se nesta proposta de revisão do RTR por permitir o seu **alisamento**, se estritamente necessário, **através da constituição, reforço ou utilização de um Saldo Regulatório** (positivo ou negativo, consoante o caso) [Cfr. Art. 26º, n.º 1, Art. 40º, e Anexo I – fórmulas 1 e 6]

Sendo o **Saldo Regulatório remunerado** (positiva ou negativamente, consoante o caso), considera-se que a sua introdução no regulamento é indiferente para as entidades gestoras – mas benéfica para os utilizadores.

O valor da **BAR** a considerar para efeito de remuneração em cada ano corresponde à **média dos valores previstos para início e fim do respetivo ano**

Relativamente à solução adotada no RTR vigente (de consideração de BAR média por período), a alternativa agora proposta tem a vantagem de apurar mais corretamente os custos reais de cada ano, permitir o alisamento das tarifas por um prazo mais alongado do que um período (se necessário), bem como aumentar a flexibilidade nos critérios de alisamento das tarifas (se necessário).

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Estabilidade tarifária



### Metodologia de calculo da TRA

Visando dotar este regulamento de **flexibilidade** necessária à sua adequação à evolução da realidade económica e financeira do setor, eliminaram-se as diversas regras regulamentares relativas à fixação da taxa de remuneração de ativos **passando esta a ser definida em função do contexto vigente** e no âmbito de um processo participado assegurando-se, deste modo, que a mesma refletirá o enquadramento relevante existente à data da sua fixação *[Cfr. Art. 30º]*

### Período regulatório

Os períodos regulatórios definidos tiveram em consideração a titularidade e o modelo de gestão das entidades gestoras:

- de 3 a 5 anos para os sistemas de titularidade estatal;
- de 1 ano para os sistemas de titularidade municipal, atendendo aos constrangimentos decorrentes da necessidade de compatibilização do prazo de definição de tarifas com os prazos de aprovação dos orçamentos municipais;
- de 3 e 5 anos para os sistemas em gestão municipal delegada, respeitando as disposições legais e contratuais aplicáveis;
- e o prazo que estiver contratualmente definido para os sistemas de gestão concessionada. *[Cfr. Art. 24º]*

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Incentivos



Pretendeu-se introduzir um **maior alinhamento de incentivos** dados às entidades gestoras relativamente aos **benefícios resultantes para os utilizadores** e aos **objetivos ambientais** definidos

- Tendo presente que um aspeto menos atrativo deste modelo de regulação se prende com a eventual ausência de incentivo à procura de ganhos de eficiência na operação por parte das entidades gestoras, procurou-se compensar esse aspeto através da melhoria do regime associado a alguns incentivos – p.ex., consagrou-se a **possibilidade de majorar os custos de operação aceites durante mais de um período para os ganhos significativos de eficiência produtiva** que as entidades gestoras tenham conseguido obter, e **que tenham um carácter duradouro**. [Cfr. Art. 34º, n.º 11, e Anexo I – fórmula 2.2]

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Incentivos



- Incentivos ao **cumprimento da hierarquia de gestão de resíduos**: mantém-se na proposta de **revisão do RTR a inclusão de incentivos às entidades gestoras na determinação dos proveitos permitidos, embora se remeta para documento autónomo** (em Documento Complementar ou no processo de determinação dos proveitos permitidos) **a definição dos seus parâmetros concretos**. Esta solução permite ainda que, para cada sistema, se definam os objetivos que em cada altura sejam mais apropriados
- Relativamente aos objetivos de recolha e tratamento de resíduos urbanos biodegradáveis (**RUB**) impostos às entidades gestoras “em alta”, **introduziu-se** explicitamente nesta revisão ao RTR a **possibilidade destas entidades aplicarem às entidades a quem prestam serviços uma tarifa bonificada** (relativamente à tarifa única sobre resíduos objeto de recolha indiferenciada) em função da quantidade de RUB entregues. Sendo o valor dessa bonificação determinado pelas próprias entidades gestoras “em alta”, entende-se que fica deste modo facilitado o atingimento das metas que lhes são propostas. *[Cfr. Art. 16º, n.º 2 e n.º 3]*

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Incentivos (partilha de infraestruturas)



Incentivos à **partilha**, o RTR agora proposto procura prever alguma variedade de formatos, de modo a poder adaptar os incentivos às necessidades concretas que se venham a colocar, e na medida em que a sua aplicação se prove necessária:

- i. Pela negativa, e para as entidades que detenham as infraestruturas que, estando ociosas, poderiam ser partilhadas, a ERSAR fixará o parâmetro  $\alpha$ , correspondente à “percentagem do ativo” que se considera ociosa, reduzindo assim o valor dos ativos regulados a remunerar. *[Cfr. Art. 28º, n. 7, e Anexo I – fórmula 2.1.1]*
- ii. Para as entidades que recorram à utilização de infraestruturas ociosas detidas por outras entidades – em alternativa a construírem elas próprias infraestruturas semelhantes – a ERSAR poderá aceitar uma majoração dos custos de operação aceites para efeitos de determinação de proveitos permitidos, em maior ou menor valor, consoante a necessidade e benefício em incentivar esse comportamento de partilha. *[Cfr. Art. 34º, n.º 10 e Anexo I – fórmula 2.2]*

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Outras simplificações



- i. **Eliminaram-se os custos de exploração anteriormente designados por não controláveis,** passando a haver apenas custos de exploração.

Para efeitos práticos, a distinção entre custos de operação controláveis e não controláveis apenas afetava a forma de cálculo dos ajustamentos: os primeiros, através da aplicação de indutores, e os segundos, considerando o valor global dos desvios. *[Cfr. anteriores Art. 34º e 39º, n.º 1 vs propostos Art. 34º e Art. 37º]*

- i. **Segregaram-se nos custos de exploração os que se consideraram associados à estrutura das entidades gestoras** (i.e. não diretamente associados às operações). Para estas rubricas, consideradas na sua globalidade por entidade gestora e não por atividade, admite-se um **processo simplificado de estimação** de custos *[Cfr. Art. 34º e Anexo I – fórmula 1, 2 e 3]*

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Outras simplificações



- iii. Definiu-se para cada entidade gestora um patamar de valor de investimento de 0,5% da respetiva BAR, ou de 25.000€, abaixo do qual os investimentos não necessitam de aprovação prévia por parte da ERSAR. Contudo, a aceitação e inclusão destes investimentos na BAR mantém-se sujeita a aprovação posterior pela ERSAR. [Cfr. Art. 29º, n.º 5]
- iv. Para as entidades gestoras de titularidade municipal em gestão direta, e cujas receitas tarifárias se enquadrem dentro dos limites dos proveitos tarifários estimados pela ERSAR (com base em clusters), dispensou-se o envio de contas previsionais para cada período regulatório, reduzindo assim o trabalho administrativo exigido aos municípios. [Cfr. Art. 86º, n.º 3]



### 3. Sistemas municipais em regime de gestão direta

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Municípios



### 1. Universalidade e uniformidade de aplicação

O modelo de regulação aplicável aos sistemas de titularidade municipal será **semelhante ao aplicável aos sistemas de titularidade estatal**, obtendo-se os proveitos permitidos pelo mesmo método.

### 2. Respeito pela autonomia local (subsidição das tarifas / fiabilidade dos dados)

Pretende introduzir-se a **possibilidade explícita dos municípios** (tal como qualquer entidade titular) **subsidiarem tanto os investimentos como a operação dos sistemas**, devendo contudo fazê-lo de forma clara e transparente – i.e. evidenciando os reais custos do sistema, a parcela coberta pelas tarifas, e o remanescente subsidiado pelo município.

Com a introdução da possibilidade de subsidição das tarifas, a determinar por cada município, resulta que as tarifas finais a aplicar aos utilizadores serão determinadas pela própria entidade gestora, mantendo o respeito pela autonomia local na definição das tarifas.

Com a introdução explícita desta possibilidade – que na prática já se verificava, embora de forma implícita – **espera-se um maior rigor e fiabilidade no apuramento dos números dos sistemas municipais**, bem como uma **maior transparência** na sua comunicação aos utilizadores e à ERSAR.

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Sistemas municipais em regime de gestão direta

Períodos de transição que permitam evitar oscilações tarifárias bruscas



### 3. Acessibilidade económica

Apesar do grau de liberdade dado às entidades gestoras na subsidiação das tarifas, pretende-se que:

- a) as tarifas a aplicar sejam subsidiadas sempre que as tarifas resultantes da recuperação dos custos e investimentos sejam superiores ao limiar de acessibilidade económica, tal como estimado pela ERSAR.
- b) as tarifas não sejam subsidiadas sempre que a acessibilidade económica não estiver em risco, respeitando o princípio do utilizador-pagador.
- c) as tarifas não sejam penalizadas (equivalente a uma subsidiação negativa), mesmo nos casos em que a acessibilidade económica esteja assegurada.

OPCIONAL

### 4. Simplificação

Pretende introduzir-se uma forma simplificada de apuramento de custos e de determinação das tarifas aplicáveis aos municípios, dividindo-os por grupos (*clusters*), consoante as suas características (e.g. nº de clientes, dispersão geográfica, nível de subsidiação dos investimentos, etc.).

Para cada um destes grupos definir-se-ão custos *standard* próprios – que se repercutirão nas tarifas –, podendo contudo os municípios optar pelo apuramento direto dos seus custos e investimentos específicos, sempre que dispuserem de contabilidade analítica desenvolvida e fiável.

# Regulamento Tarifário dos Resíduos



## O que se pretende com o RTR?

- Seja aplicável a **todas as entidades gestoras independentemente do modelo de gestão**;
- Incorpore **mecanismos de promoção de ganhos de eficiência** produtiva e de racionalidade económica e ambiental das decisões de investimento;
- Promova a **sustentabilidade das infraestruturas**;
- Seja **transparente na definição (e quantificação) do financiamento do sistema**;
- Promova a **sustentabilidade financeira** do sistema através da cobertura de gastos em cenários de eficiência;
- Contemple um **sistema de contas reguladas** com informação detalhada para efeitos regulatórios e fiável;
- Considere **mecanismos que assegurem trajetórias tarifárias estáveis**;
- Considere **mecanismos de ajustamento de desvios**.

## 4. Regime transitório

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Regime transitório



Alta  
Ecobeirão, Tratolixo;  
GesAmb; Ecoliziria ...

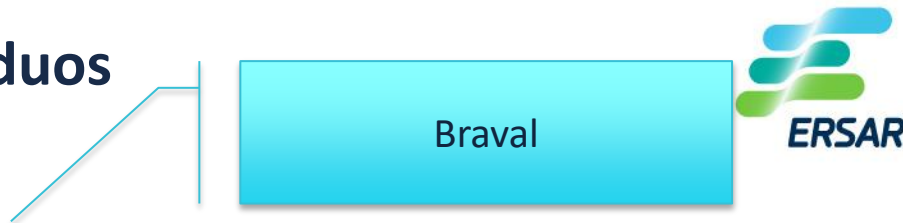
Sistemas municipais em regime de gestão delegada

1. As trajetórias tarifárias contratadas dos sistemas municipais em modelo de gestão delegada mantêm-se até ao termo do primeiro período quinquenal em curso à data da entrada em vigor do presente regulamento
2. Sem prejuízo da salvaguarda do período quinquenal, a aplicação das disposições constantes do Título IV do presente regulamento ocorre com a entrada em vigor da revisão do regime jurídico dos sistemas municipais de gestão de resíduos urbanos
3. Quando as trajetórias tarifárias tenham sido definidas no âmbito de um procedimento de contratação pública para seleção de um parceiro privado para a entidade gestora delegatária, as mesmas mantêm-se até ao final do período abrangido por tal procedimento

Baixa  
Tavira Verde; FAGAR;  
EMAC ...

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Regime transitório



### Sistemas de titularidade estatal

1. Para as entidades gestoras atualmente abrangidas pelo regime jurídico do Decreto-Lei n.º 294/1994, de 16 de novembro, a aplicação das disposições constantes do título IV do presente regulamento ocorre com a entrada em vigor da revisão do regime jurídico dos sistemas multimunicipais de gestão de resíduos urbanos
2. Nos casos referidos no n.º anterior o primeiro período regulatório tem início no dia 1 de janeiro do segundo ano civil subsequente à publicação da revisão do regime jurídico dos sistemas multimunicipais de gestão de resíduos urbanos

# Regulamento Tarifário dos Resíduos

## Regime transitório



Sistemas municipais em regime de gestão direta

1. Até à definição e comunicação por parte da ERSAR dos *clusters* a entidade titular define os proveitos permitidos e as tarifas nos termos previstos no título IV
2. A tarifa definida é submetida a parecer da ERSAR, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 73/ 2013, de 3 de setembro
3. Após a definição e comunicação dos *clusters*, a entidade titular dispõe do prazo de 3 anos para assegurar a conformidade das tarifas com o disposto nos artigos 41.º e 43.º
4. A definição de *clusters* é alterada pela ERSAR em função da evolução do setor e da informação disponível sobre os sistemas



# Regulamento Tarifário dos Resíduos



## Condições prévias necessárias

- Alteração do DL 194/2009
- Alteração do DL 195/2009 (republicação do DL n.º 294/1994)
- Definição dos clusters em colaboração com as EGs em gestão direta



Muito obrigada

[orlando.borges@ersar.pt](mailto:orlando.borges@ersar.pt); [ana.albuquerque@ersar.pt](mailto:ana.albuquerque@ersar.pt)